



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O TRABALHO DO PROFESSOR: BREVE REFLEXÃO ACERCA DAS VOZES DOCENTES SOB A ÓTICA DO ISD E DA SOCIOLINGUÍSTICA

Luana Anastácia Santos de Lima (UFPB)
(luana_lima18@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

A Teoria da Variação Linguística, inaugurada e conduzida pelo linguista William Labov, o qual defendeu a heterogeneidade e dinamismo do sistema linguístico, propôs a fixação de um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social. Para o autor, a heterogeneidade não só é uma situação normal, mas o resultado natural de fatores linguísticos e sociais básicos que condicionam a variação de forma sistemática (LABOV, 1972).

No âmbito da Sociolinguística, tem se fortalecido, cada vez mais, um campo de estudo denominado *Sociolinguística Educacional* que tem seus trabalhos voltados exclusivamente para a aplicação da Sociolinguística em sala de aula. Seu principal objetivo concentra-se na linguagem em sala de aula, isto é, como as palavras usadas, ou as diferentes formas como essas palavras são usadas em sala de aula afetam o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem e como os professores entendem e trabalham com essa situação.

Nesse contexto, o presente artigo aborda o trabalho do professor de Língua Portuguesa da rede pública do ensino fundamental a partir de seu dizer, dando um enfoque Sociolinguístico, pelo fato de abordarmos variação linguística – variantes padrão/não-padrão e um enfoque voltado para o ISD por tratar do trabalho do professor, bem como seu dizer a esse respeito.

Desse modo, buscaremos compreender o trabalho desse professor, analisando como ele concebe seu próprio papel na conscientização de seus alunos, a respeito do que vem a ser variedade padrão e não-padrão, e se ele mesmo tem essa consciência. Analisaremos também o trabalho realizado pelo professor, através da análise de seu dizer, em comparação com o que lhe é prescrito nos PCNs de Língua Portuguesa do ensino fundamental acerca da variação linguística. Além disso, buscaremos também, de acordo com o dizer dos professores entrevistados, analisar qual o papel da escola neste contexto, bem como a escola compreende e trabalha esse processo de variação que ocorre em sala de aula.



Sociolinguística

A Sociolinguística se ocupa do estudo das variações linguísticas e sua relação com fatores sociais, recorrendo a essas variações para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico. Nessa perspectiva, pode-se perceber que a partir da Sociolinguística, passou a se compreender o sistema heterogêneo da língua, o qual está sempre em constante mudança. Portanto, a Sociolinguística apresenta-se como uma reação à homogeneidade e à ausência do componente social do modelo gerativo, insistindo na relação entre língua e sociedade e revelando outras dimensões da realidade heterogênea das línguas (LABOV, 1972).

No âmbito da Sociolinguística, é imprescindível destacar um ramo de significativa contribuição para a educação, denominado *Sociolinguística Educacional*, o qual representa um enorme avanço dos estudos linguísticos para o ensino.

Esses avanços se deram a partir dos anos 60 do século XX, dando início a estudos mais aprofundados de temáticas antes não abordadas, como leitura e produção de texto, por exemplo. Assim, observa-se que essa implementação de estudos voltados para o ensino assumiu posturas bem diferenciadas com base nas concepções de linguagem adotadas, desde uma concepção behaviorista até chegar ao modelo sócio-interacionista, em que a linguagem é tomada em seu aspecto não só social, mas também histórico, em que ela passa a ser vista como interação, com características dialógicas.

Estudos Sociolinguísticos muito têm contribuído no que diz respeito ao incentivo da mudança da postura tradicional que a escola tem assumido, instigando a consciência de que uma de suas funções é desenvolver no educando outras variedades que se vão acrescer ao vernáculo básico, de forma a não criar em sala de aula um clima de conflito entre as variedades padrão e não-padrão.

Bortoni-Ricardo (2006) advoga, nessa perspectiva, que a pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental. Nesse contexto, pode-se dizer que a Sociolinguística vem contribuindo para a abertura de novas concepções de ensino, além de exercer um papel essencial quanto à diversidade linguística, no processo ensino-aprendizagem, demonstrando que a escola não deve fazer restrições às diferenças sociolinguísticas dos alunos.

Porém, chegar a esse grau de consciência linguística nas escolas não tem sido uma tarefa muito fácil, pois, como afirma Bortoni-Ricardo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(2006, p. 14), “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”.

No entanto, é com base nessa concepção errônea que se tem sobre o nosso sistema linguístico, que a maioria das escolas tem trabalhado de forma a ignorar a heterogeneidade, e, assim, vem atuando de forma negativa no aprendizado dos educandos, que ficam desnorteados quanto à escolha do uso de seu dialeto, que constitui uma forma não-padrão da língua, e da norma padrão proposta pela escola, de modo a fazer com o que os mesmos não saibam como ou em que situação usá-las.

Esse domínio que o falante desempenha, quanto ao uso de suas variantes, funciona como uma espécie de “medidor” de prestígio ou não do falante perante a sociedade. Pois, ao demonstrar que detém certa habilidade no que diz respeito ao uso dos mais variados recursos linguísticos, o falante está demonstrando para a sociedade, sua competência linguística, o que o coloca em uma posição de prestígio perante a sociedade; porém, o contrário acontece quando o falante não tem um desempenho comunicativo tão satisfatório no ato de sua interação verbal.

No entanto, como Bagno (2002) defende, uma das tarefas da escola seria, então, discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa.

A partir do momento em que as instituições escolares tomarem real consciência dessa necessidade e reconhecerem a necessidade de trabalhar a norma padrão, em conjunto com a forma não-padrão da língua, que constitui a maior parte do vernáculo de seus alunos, passarão a entender que a finalidade de estudos de caráter qualitativo, os quais se têm desenvolvido nessa área, não é dar mais importância a uma ou a outra variedade, mas trabalhá-las em conjunto, conferindo ao educando uma maior segurança no que diz respeito ao domínio de sua competência comunicativa.

Interacionismo Sociodiscursivo

Conhecida como a ciência do humano, o ISD tem uma ampla relevância no que concerne os estudos linguísticos pelo fato de estabelecer uma relação direta de mediação através da linguagem para com os indivíduos imersos nas mais diversas atividades sociais.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A este respeito, Bronckart (2003, p. 37) afirma que “o homem só tem acesso ao meio no quadro de uma atividade mediada pela língua”, isto é, este meio ao qual o autor se refere, constitui, justamente, as várias atividades sociais que um indivíduo pode desenvolver em determinados contextos e que serão sempre mediados pela língua.

O ISD entende a linguagem como mediadora das atividades sociais dos organismos humanos como ação, concebendo o homem como um ser complexo, ator dessa ação, e que desenvolve a língua no contato com o outro, nas suas interações diárias que são orientadas por um fim.

As interações diárias desenvolvidas pelos indivíduos no contato com o outro desembocam na apreensão da língua por meio das produções verbais, das formas mais variadas possíveis e nos mais diversos contextos. Tais contextos de realização da língua denominam-se como *texto*.

Bronckart (2003) define texto como toda unidade de produção de linguagem que se constitui de características comuns como a determinação do modo de organização de seu conteúdo referencial.

Dentro da composição organizacional do texto, temos o que se chama de *folhado textual* e que se subdivide em: Infra-estrutura geral dos textos; Mecanismos de textualização; Mecanismos enunciativos.

Dentre essas três camadas do folhado textual, a mais importante no decorrer do presente artigo é a última, a qual funciona no último nível por ser quase independente do plano geral do texto, estando, portanto, mais ligada ao tipo de interação da ação de linguagem (BORGHI, 2008, p. 119).

Esses mecanismos enunciativos se subdividem, por sua vez, em:

- *Posicionamento enunciativo e as vozes do texto*, que envolvem as intenções do produtor, as condições de produção e a situação de recepção do texto;
- *As modalizações*, que evidenciam as avaliações formuladas sobre alguns aspectos do conteúdo temático, evidenciando assim, as intenções do texto.

De acordo com Bronckart (2003), esse posicionamento enunciativo constitui a relação entre o autor e o que está sendo enunciado. Assim, aquele que produz o texto pode ser responsável, ou não, pelo o que está sendo dito, de forma a imputar essa responsabilidade a outros, gerando, então, instâncias formais que são as *vozes* presentes no texto. Essas vozes constituem o discurso e podem estar explícitas ou não, sendo nem sempre traduzidas por determinadas marcas linguísticas, devendo, assim, ser inferidas no processo textual.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As vozes do texto podem ser denominadas da seguinte maneira:

- a) **Voz do autor empírico:** representa a origem da produção textual, procedendo diretamente de quem está na origem dessa produção e que reproduz o papel de agente da ação da linguagem.
- b) **Voz social:** representa as vozes procedentes de instituições/personagens externos e que agem como instâncias avaliativas do conteúdo temático, porém, não intervindo no percurso desse conteúdo como agentes.
- c) **Voz dos personagens:** representa as vozes de pessoas/instituições, implicadas diretamente como agentes no conteúdo temático.

Tendo em vista que o ISD é uma ciência do humano, seria impossível não apresentar alguns conceitos acerca do trabalho, visto que o trabalho é considerado uma prática própria da espécie humana.

O conceito de trabalho, antes concebido como simples execução do prescrito, sofreu implementação desse conceito, tornando-se sinônimo de “tarefa”. Essa ligação com o contexto educacional não se deu por mero acaso, mas como o próprio autor Bronckart (2003) assinala, é decorrente da evolução das didáticas das disciplinas escolares, levando à emergência de um novo campo de trabalho que, é o do trabalho do professor.

Nesse âmbito do conceito de trabalho, temos também a famosa dicotomia, *trabalho prescrito* e *trabalho real*. O trabalho prescrito subjaz a fixação de determinadas regras e objetivos de um dado trabalho, a fim de dar conta das especificidades deste trabalho. Porém, o trabalho real, constitui a ação dos indivíduos na realização de determinado trabalho, sendo, em outras palavras, a relação subjetiva com o trabalho.

Nessa perspectiva, temos esta dicotomia aplicada ao trabalho docente, onde o professor em sua atividade, sempre se encontra em um momento crítico de seu trabalho e ao tentar desenvolver todas as prescrições propostas, acaba por ter consciência que nem sempre isto é possível, e que, em sala de aula, devido a certos impedimentos, o trabalho real sempre se afastará, em algum ponto, do trabalho prescrito, evidenciando o distanciamento entre o prescrito e o que é efetivamente realizado no cotidiano do trabalhador (SOUZA E SILVA & FAÏTA, 2002, p. 64).

Assim, analisamos a presença do prescrito nas vozes dos professores, com base nos PCNs, e como este documento coloca as prescrições da questão da variação para o professor.

Os PCNs

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais, são documentos elaborados por especialistas ligados ao Ministério da Educação (MEC), visando propor uma referência curricular, de forma a apoiar a revisão, reestruturação ou elaboração da proposta curricular dos Estados e/ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino.

Porém, esse caráter auxiliador que os PCNs revelam, o qual tem a finalidade de cooperar na elaboração dessas propostas curriculares, acaba por ocultar uma face camuflada do seu caráter prescritivo e que não apresenta tais prescrições de forma imposta, mas as disfarça com a utilização de uma linguagem explicativa.

Autores como Machado e Guimarães (2009, p. 61) explicam tal fato, ao afirmar que:

[...] frequentemente, o caráter prescritivo desses documentos é escamoteado, o que podemos ver nos próprios títulos a eles dados (“Parâmetros”, por exemplo) e em sua própria forma textual, pois eles não são organizados em forma injuntiva, mas em forma explicativa [...].

Não é de se estranhar que um documento como os PCNs, na qualidade de um texto institucional, exerça esse papel prescritivo, pois é através do mesmo que se procura estabelecer determinados parâmetros importantes, de acordo com os quais são passíveis de criar condições para transformar e auxiliar o agir do professor, bem como orientar este professor para que seja executado adequadamente determinada tarefa.

No que diz respeito à variação e diversidade linguística, os PCNs (cf. BRASIL. MEC, 1997) consideram este um fenômeno inerente a qualquer indivíduo, já que ao nascer, qualquer sujeito traz consigo variedades específicas da comunidade em que habita, sendo sensível às variações apresentadas pela língua em uso.

Os PCNs (*op. cit.*, p. 81) afirmam que esse sujeito “é capaz de perceber que as formas da língua apresentam variação e que determinadas expressões ou modos de dizer podem ser apropriados para certas circunstâncias, mas não para outras”.

Por isso, de acordo com a proposta dos PCNs, é papel da escola cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística, bem como conscientizar seus agentes de que não se pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daqueles que se fixaram na escrita, como se fossem desvios ou incorreções (BRASIL. MEC, 1997, p. 82).

A escola é responsável por essa conscientização acerca do que representa essa diversidade linguística, sempre mostrando ao aluno que ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas essas variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Contudo, mesmo que os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PCNs ofereçam uma série de “prescrições”, cabe ao professor reelaborá-las de acordo com a sua realidade e o seu entendimento.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, a utilização de uma metodologia qualitativa se mostra imprescindível, uma vez que este tipo de pesquisa se vale de procedimentos etnográficos para geração de registros, que são coletados e se caracterizarão, posteriormente, como objeto de reflexão e análise (BORTONI-RICARDO, 2008).

Nesse contexto, ainda ecoando Bortoni-Ricardo (2008, p. 32) pode-se afirmar que as escolas e especialmente as salas de aula, provaram ser espaços privilegiados para a condução de pesquisa qualitativa, que analisa seus dados com base no interpretativismo, como é o caso da nossa pesquisa.

Serão analisados dois *corpora*, os quais constituem entrevistas com professores acerca de suas concepções sobre variação linguística, em específico, sobre a forma padrão e não-padrão da língua, como eles passam essa concepção para os alunos, e o posicionamento da escola, em seus dizeres, a este respeito.

As perguntas que constituem a entrevista são as seguintes:

- a) Como você vê a norma padrão e a não-padrão da língua?
- b) Você conscientiza seus alunos dessa diferença? Se conscientiza, como você passa isso para eles?
- c) Como você interpreta a questão da variação linguística na educação brasileira, enfatizando como a escola deve lidar com isso?

A partir das respostas dadas pelos professores, analisaremos as vozes desses docentes a fim de investigar suas concepções sobre variação linguística, como isso é passado para os discentes, e como esses professores concebem seus papéis e o papel da escola, neste processo, tomando como base as vozes desses professores e até que ponto suas concepções se aproximam, ou não, das prescrições colocadas pelos PCNs.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Procedemos a análise das vozes docentes identificadas no conteúdo temático, acerca da variação linguística, configurado a partir de entrevistas realizadas com duas professoras¹ da rede pública do ensino fundamental do interior da Paraíba.

Vejamos as respostas da professora A, referentes às perguntas² realizadas.

¹ Mediante postura ética, não iremos nos referir aos entrevistados pelos seus nomes, substituindo-os por letras do alfabeto – A e B, como segue.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

1. *“Todas as modalidades têm de ser valorizadas (fala e escrita, padrão e não-padrão). Elas têm seu valor na escola, e o aluno tem o direito de conhecê-las para que o próprio não se sinta incapaz de compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações”.*
2. *“Sim. Visando passar um ensino adequado para meus alunos, respeito o conhecimento que cada um traz consigo, valorizo as normas não-padrão tornando uma sala de comunicação e interação, onde todos expressam seus conhecimentos e não um espaço apenas de correção”.*
3. *“Interpreto da melhor maneira possível, pois de forma direta ou indireta é utilizada ambas. Sendo assim a escola deve aproveitar diversos meios para passar o conteúdo, pois é a escola que tem que se enquadrar com o aluno e atingir suas necessidades com sucesso”.*

Ao analisar de forma geral o discurso de A, percebe-se que a mesma pouco se coloca em sua fala.

Na primeira resposta que A dá, é visível que ela contextualiza, de forma bem geral, seu posicionamento a respeito das variantes padrão e não-padrão da língua, porém, ecoando apenas a voz social e não se colocando ao fato de como a mesma concebe essa questão do padrão e não-padrão. No discurso da professora, ecoa o sentimento de incapacidade que o aluno pode gerar ao não compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações, isto é, se não tiver um conhecimento das formas de uso da norma padrão e não-padrão.

Ainda, ao mencionar que “o aluno tem o direito de conhecê-las”, seu discurso aponta a sutil força com que atua a prescrição em uma instituição, o que nos remete ao fragmento dos PCNs:

É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana (BRASIL. MEC, 1997, p. 82).

Em sua segunda resposta, A parece se colocar mais a respeito do assunto³. Desta forma, temos a voz do autor empírico se manifestando na fala da professora que concebe a conscientização dessas variantes não-padrão como algo importante a ser passado para os alunos, considerando-o como um “ensino adequado”, que respeite as variedades que o aluno traz, variedades essas que a professora caracteriza como “conhecimento”. Além disso, em seu discurso, a professora enfatiza que essa conscientização é uma espécie de requisito para tornar a sala comunicativa e interativa – um meio dos alunos expressarem seus conhecimentos e não de repressão, através da correção (inadequada).

Sua resposta, relativa à segunda questão, parece estar pautada em alguns pontos que os PCNs prescrevem, nos quais é dito que o aluno ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma

² Para rever as perguntas, conferir o ponto referente à metodologia do trabalho.

³ A impressão surgiu devido ao uso de verbos na primeira pessoa (respeito, valorizo).
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

das muitas variedades da língua e devido a isto, não se “pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela Gramática Tradicional [...] como se fossem desvios e incorreções” (BRASIL. MEC, 1997, p. 81-82).

Em sua última resposta, A evidencia a voz do autor empírico ao se colocar dizendo que interpreta a variação linguística de forma positiva, pelo fato de, tanto a variante padrão quando a não-padrão, ser utilizada pelos falantes.

A ideia transmitida por A em sua fala, corrobora as afirmações da autora Bortoni-Ricardo (2006, p. 26) que aponta que o domínio dessas duas variáveis da língua é significativo porque favorece ao desenvolvimento da competência comunicativa do falante.

No discurso de A, ecoa uma voz social comentando o papel da escola neste processo, pontuando que a referida instituição deve aproveitar essa face multifacetada da linguagem para passar o conteúdo para os educandos. A referida professora afirma que “*a escola tem que se enquadrar com o aluno e atingir suas necessidades com sucesso*”, deixando transparecer, assim, sua concepção sobre o papel que a prescrição exerce sob uma determinada instituição, sobretudo a escola, que tem o papel fundamental de promover o sucesso desses educandos.

Em seguida, analisaremos as respostas da professora B:

- 1. Em determinados momentos você não precisa se preocupar em usar a norma padrão, depende do ambiente onde você esteja no dia-a-dia, pelo menos eu não tenho esse hábito, essa preocupação de empregar todas as normas gramaticais ao pé da letra, pois isso se torna até chato e isso vai depender do contexto, mas é claro que uma professora de língua portuguesa ou qualquer pessoa que tenha um nível de escolaridade elevado, tem que usar uma linguagem adequada mesmo simples, já que existem momentos que não podemos fugir das normas gramaticais.*
- 2. Sim, com certeza sempre. Se eles estão convivendo em um ambiente com pessoas analfabetas, não vão falar errado como eles, mas vão empregar uma linguagem simples do dia-a-dia, que transmitam a mensagem que eles querem havendo uma comunicação, pois o importante é transmitir a mensagem.*
- 3. Devem ser mostrados fatos do cotidiano, a realidade do dia-a-dia e os livros também já trazem essas variações linguísticas, a gente já trabalha, tem texto mostrando a diferença tem exercício, leitura, existem diversas maneiras de você trabalhar.*

Examinando as três respostas dadas por B, fica visível que ela quase não se coloca nas respostas dadas, apenas o fazendo uma vez na primeira questão e não mais.

Em sua primeira resposta, emerge, na maior parte, a voz social, onde a professora relata a não preocupação com a norma padrão da língua, dependendo do contexto e do ambiente.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Porém, a única voz emergente que observamos nessa resposta de B, é onde a referida professora diz não ter o hábito de usar as normas gramaticais ao pé da letra: “*eu não tenho esse hábito essa preocupação de empregar todas as normas gramaticais ao pé da letra*”, até pelo fato de, para ela, se tornar chato.

Todavia, é importante destacar que a professora, logo em seguida, revela alguns sinais de prescrições presentes em sua fala, que denotam a influência da prescrição em seu fazer pedagógico, como “*professora de língua portuguesa*” e como “*pessoa que tem nível de escolaridade elevado*” e que por isso “*tem que usar uma linguagem adequada mesmo simples*”.

No geral, esse posicionamento bem marcado no discurso de B, está incutido em nossa cultura há muito tempo, onde tem-se a ideia de “poder” correlacionado diretamente à língua, e que só emerge de acordo com o nível do indivíduo, sobretudo, o nível de formação deste indivíduo. Por isso, Camacho (2001) afirma que os índices mais altos de uso da forma de prestígio acham-se correlacionados a graus mais elevados, e os detentores dessas variedades de prestígio são, geralmente, controladores do poder político das instituições, sendo também, detentores da veiculação dessa língua. Assim, a variedade por eles usada é tida como modelo, padrão, regra.

Em sua segunda resposta, B não se coloca, deixando transparecer, totalmente, a voz social, e levando-nos a crer que, talvez, a mesma não tenha uma concepção formada acerca do assunto. A professora não menciona, em momento algum, nenhum aspecto da possível conscientização por ela realizada, desviando, totalmente, o foco da pergunta realizada.

Em sua última resposta, B, mais uma vez, não se coloca, não expondo sua interpretação a respeito da questão da variação linguística, apenas ecoando a voz social (no imperativo, vale salientar), de como a escola deve lidar com isso. B pontua o que deve ser explorado, como os próprios “*fatos do cotidiano*” ou a “*realidade do dia-a-dia*”, além de apontar os livros didáticos como uma fonte de veiculação da variação linguística, os quais a mesma utiliza, se valendo de textos, exercícios, leituras, a fim de mostrar as diferenças.

Temos a impressão de que, em seus argumentos, B revela um pouco do que os PCNs prescrevem como propostas de atividades acerca de questões de variações linguísticas, tais como, “*análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana [...]*” quando a própria professora menciona que “*devem ser mostrados fatos do cotidiano, a realidade do dia-a-dia*”; além de propor “*levantamento das marcas de variação linguística ligadas a gêneros, gerações, grupos profissionais, classe social e área de conhecimento, por meio da comparação de textos que tratem de um mesmo*



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

assunto para públicos com características diferentes”, o que nos remete a sua quando a mesma aponta que *“os livros também já trazem essas variações linguísticas, a gente já trabalha, tem texto mostrando a diferença [...]”*. (BRASIL. MEC, 1997, p. 82-83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente trabalho, pode-se concluir no geral, que o ISD oferece uma efetiva contribuição a área da Sociolinguística, sobretudo, ao que diz respeito a questão da Variação Linguística e Sociolinguística Educacional.

Neste trabalho, através das análises realizadas, podemos perceber que os professores pouco se colocam em suas falas a respeito do tema, deixando, na maioria das vezes, as vozes sociais fundamentarem seu discurso ao invés da voz do autor empírico.

Talvez, isso ocorra, pelo fato de termos a concepção de que o trabalho do professor está condicionado a algumas tarefas que lhe estão prescritas em documentos, tais como os PCNs, por exemplo. E nesse contexto, gera-se a ideia de que o próprio professor, como um dos principais agentes da escola, tem sempre a obrigação de pautar seu agir pedagógico, a partir dessas prescrições que emergem como espécie de propostas de atividades colocadas por esses documentos prescritivistas.

Percebemos, também, que a escassa presença da voz do autor empírico emergente no discurso desses professores denota, de certa forma, o discreto posicionamento dos mesmos a respeito do trabalho que desenvolvem em sala, e a concepção que eles têm acerca deste trabalho desenvolvido por eles próprios.

Algumas vozes que ecoaram na fala dos docentes, também mostraram, a nosso ver, o pouco conhecimento do professor a respeito do tema proposto para a entrevista. Esse fato pode ser um indício de que, na formação desses profissionais, a variação linguística não foi um ponto abordado para a construção do aprendizado dos mesmos, e que, por conseguinte, não é repassada por esses docentes para seus alunos, não havendo, no entanto, uma conscientização a respeito do que vem a ser o fenômeno da variação.

É certo, que o presente trabalho representa apenas um pequeno recorte da possibilidade de estudo que há entre o ISD e a Sociolinguística. Porém, buscou-se acrescer os trabalhos já existentes em ambas as áreas, tendo ainda, muito a se pesquisar nesse sentido para que possamos empreender uma maior gama de trabalhos nesta perspectiva.

REFERÊNCIAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BAGNO, Marcos et al. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BORGHI, Carmen Ilma Belicanta. O trabalho docente configurado a partir do que diz o professor de língua inglesa. In.: CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (Org.). **Estudos da Linguagem à luz do Interacionismo Sociodiscursivo**. Londrina: UEL, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Nós cheguem na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2006.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: EDUC, 2003.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MACHADO, Anna Rachel; GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. O Interacionismo sociodiscursivo no Brasil. In.: ABREU-TARDELLI, Lília Santos; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (Orgs.). **Linguagem e Educação: o ensino e a aprendizagem de gêneros textuais**. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez. A dimensão linguageira em situações de trabalho. In.: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez & Faïta, Daniel. (Orgs.). **Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.